



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0978/13	DATA: 11/07/2013	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 10h45min	TÉRMINO: 12h24min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ILDO WILSON GRÜDTNER - Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.  
AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS - Diretor do Programa Luz para Todos.

SUMÁRIO

Debate acerca do Programa Luz para Todos, do Governo Federal.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública para tratar do Programa Luz para Todos, em atendimento ao Requerimento nº 208/2013, de autoria do Deputado José Rocha, com a participação do convidado Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, a quem solicito que tome assento à mesa. *(Pausa.)*

Inicialmente, gostaria de cumprimentar todos os presentes, em especial o senhor expositor.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta e que o Deputado que desejar interpelar o senhor convidado deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. Informo, ainda, que o senhor convidado não deverá ser aparteado no decorrer de sua exposição. Somente após encerrada a exposição os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado, igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, por 20 minutos, para proceder à sua exposição.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Bom dia, Deputado e demais presentes.

Em primeiro lugar, eu queria passar às mãos do Presidente da Mesa um livro comemorativo ao atendimento de 10 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos.

Eu vou ficar de pé para poder fazer a apresentação. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como os senhores sabem, o Programa Luz para Todos é um dos maiores programas sociais do Governo. O seu objetivo é levar energia elétrica ao meio rural.

A origem do programa.

O Censo de 2000 indicava que havia cerca de 10 milhões de pessoas sem acesso à energia elétrica no meio rural. E 90% dessas famílias possuíam renda familiar inferior a 3 salários mínimos e viviam em localidades de baixo IDH.

Neste gráfico é possível ver que a maior exclusão no fornecimento de energia elétrica estava localizada nas Regiões Norte e Nordeste.



O mapa mostra a associação entre as regiões de baixo IDH e a região com baixo atendimento e suprimento de energia elétrica.

A questão da universalização.

A universalização é uma obrigação das distribuidoras. Isso está estabelecido na Lei nº 10.438, de 2002. O grande problema para as distribuidoras efetuarem a universalização era que isso causaria um grande impacto financeiro nelas e, conseqüentemente, nas tarifas, além de que havia a questão do tempo para fazer essa universalização. Em função dessas duas grandes dificuldades, o programa veio para acelerar a universalização.

Aqui estão dados do Censo de 2000, indicando 2 mil famílias, cerca de 10 milhões de pessoas, no meio rural, sem energia elétrica.

Em função disso, foi estabelecido o programa com as metas de universalização que estavam previstas para 2015 e que foram antecipadas para 2008.

Como eu já havia falado, a energia elétrica é um vetor de desenvolvimento tanto social quanto econômico das pessoas.

Esta é a estrutura do programa. Ele tem uma coordenação nacional, feita pelo Ministério de Minas e Energia. A parte de regulação e fiscalização é efetuada pela ANEEL. Há também o Comitê Gestor Nacional. E a operacionalização é feita pela ELETROBRAS. As coordenadorias regionais coincidem com as áreas das empresas estatais do grupo ELETROBRAS. Abaixo estão os comitês gestores estaduais, os agentes executores, que são as concessionárias e as cooperativas, e os Governos Estaduais.

O Comitê Gestor Estadual é coordenado por um técnico indicado pelo Ministério e é composto por representantes do Governo Estadual, das distribuidoras, das Prefeituras e da sociedade civil. É nesse comitê que é definida a priorização do atendimento do programa.

Estas são as metas e o que já foi realizado. Tínhamos, como meta inicial, 2 milhões de famílias, com esta distribuição no Brasil: cerca de 470 mil famílias na Região Norte; 1 milhão e 100 mil na Região Nordeste; 148 mil na Região Centro-Oeste; 167 mil na Região Sudeste; e 100 mil na Região Sul.



Até o final de junho, mês passado, nós já tínhamos atendido 3 milhões e 56 mil famílias, o que corresponde a um total de 14,8 milhões de pessoas, distribuídas desta forma no Brasil: 618 mil famílias na Região Norte; 1 milhão e meio de famílias na Região Nordeste; 200 mil na Região Centro-Oeste; praticamente 500 mil na Região Sudeste; e 212 mil na Região Sul.

Em termos de investimentos, o Governo Federal investiu na ordem de 15 bilhões de reais; os Governos Estaduais, 2 bilhões de reais; os agentes executores, que são as distribuidoras, entraram com 3 bilhões e meio de reais, totalizando cerca de 20 bilhões de reais em investimentos no programa.

Cerca de 12 bilhões de reais já foram liberados pelo Governo, sendo que 9,2 bilhões de reais são a fundo perdido.

Em termos de atendimentos, estes são os Estados com os maiores números de pessoas atendidas pelo programa: Bahia, 2,4 milhões de pessoas; Pará, 1,6 milhão de pessoas; Minas Gerais, 1,6 milhão de pessoas; e Maranhão, 1,5 milhão de pessoas.

Esse programa, além de levar energia elétrica para o meio rural, também proporcionou a criação de empregos. A estimativa é de geração de 460 mil empregos diretos e indiretos.

Foram utilizados 7,6 milhões de postes — na maioria, são de concreto —; 1,1 milhão de transformadores; e cerca de 1,47 milhão de quilômetros de cabos, o que seria suficiente para dar 37 vezes a volta na Terra. Esses dados tratam de equipamentos aplicados nesse programa.

Além disso, o programa tem atendimento nos 120 territórios do Programa Territórios da Cidadania. Isso abrange 1.625 Municípios, 1,9 milhão de pessoas beneficiadas e investimentos da ordem de 2,2 bilhões de reais.

E o Luz para Todos não só levou energia para o meio rural, como também apoiou outros projetos, como: centros comunitários de produção, com 681 unidades, 28 mil famílias beneficiadas e investimentos da ordem de 16,8 milhões de reais; poços tubulares, com 73 unidades, 1.936 famílias beneficiadas e investimentos da ordem de 2,3 milhões de reais.

Aqui estão alguns exemplos do uso produtivo de energia elétrica: plantação irrigada; conservação de leite; fábrica de polpa de frutas — isso no Amazonas. E



mais: melhoria na área de produção leiteira, em Sergipe; Cooperativa Rural de Corte e Costura, no Município de Coqueiral, Minas Gerais; criação de aves, na aldeia indígena terena, no Mato Grosso do Sul; uso da energia elétrica para educação, na comunidade quilombola Calunga, em Cavalcante, Goiás; e informática para índios.

Na parte indígena, foram 34 mil famílias atendidas, com investimentos de 374 milhões de reais. Aqui está a distribuição no Brasil.

Ainda na área indígena, temos: unidades de inclusão digital — cerca de 1.500 pessoas beneficiadas —; criação de 20 telecentros; centros comunitários de produção — 108 famílias beneficiadas —; construção de 12 galpões, e ainda aquela parte.

Outra parte bastante importante: ao se levar a energia elétrica, é necessário instruir as pessoas no uso correto, seguro e racional dessa energia, de modo que há uma grande preocupação com a comunidade indígena. Assim, foram produzidas cartilhas para que eles possam ter as informações adequadas e fazer uso seguro da energia elétrica. Isso beneficiou as comunidades terena, guarani-kaiowá, kaingang.

Em 2007 foram beneficiadas 20 escolas e cerca de 9.500 alunos, porque as Secretarias Estaduais de Educação e as universidades também receberam essas cartilhas.

Na comunidade indígena guarani-kaiowá, em 2008, foram 14 escolas e cerca de 12 mil alunos beneficiados; na comunidade kaingang, 15 escolas e cerca de 1.800 alunos beneficiados. Em 2012 nós fizemos o lançamento dessas cartilhas para as etnias kinikinau e kadiwéu. Foram capacitadas 749 pessoas para fazer uso correto da energia elétrica e para transmitir as informações às comunidades indígenas.

No caso dos quilombolas, 26.350 famílias foram atendidas, beneficiando-se mais de 100 mil pessoas. Aqui está a distribuição no Brasil, em termos de atendimento às comunidades quilombolas.

Aqui temos o uso produtivo, dentro das comunidades quilombolas. Neste caso, no quilombo de Itamatatua, em Alcântara, no Maranhão. E, também no Maranhão, a produção de cerâmica.

Outro aspecto associado ao Programa Luz para Todos foi a questão da tarifa social. O pessoal de baixa renda inscrito no Cadastro Único dos programas sociais



do Governo Federal tem também uma tarifa social. E, aí, destaque para os indígenas, que têm um desconto um pouquinho maior.

Aqui temos a tabela de descontos dados sobre as tarifas para a comunidade indígena: até 50 quilowatts-hora, ela é totalmente gratuita; de 51 quilowatts-hora a 100 quilowatts-hora, eles têm um desconto de 40%; de 101 quilowatts-hora a 220 quilowatts-hora, desconto de 10%, e, acima de 220 quilowatts-hora, não há desconto.

Nós fizemos uma pesquisa — e está em andamento uma nova, para termos dados mais atualizados — que mostrou estes resultados aqui, em termos de aquisição de eletrodomésticos: 79,3% adquiriram TV; 73,3% adquiriram geladeira; 45% adquiriram equipamento de som; etc. Os senhores podem ver como essas famílias adquiriram os eletrodomésticos. Nesse universo de 3 milhões de famílias, fazendo a aplicação desse resultado, temos 2,4 milhões de televisores e 2,2 milhões de geladeiras adquiridas por essas famílias.

Em termos de melhorias, 91% mostraram que houve melhoria das condições de vida, 24% mostraram que houve aumento da produtividade agrícola, 22% foi o aumento da disponibilidade de postos de saúde e de prontos-socorros, 40% foi o aumento das atividades escolares em período noturno.

Outro aspecto bastante importante é a questão das pessoas que vieram residir no local após a chegada da energia elétrica. Praticamente 5% dessas pessoas retornaram ao campo após a chegada da energia elétrica.

Aqui temos alguns exemplos de atendimento por sistemas isolados. A grande maioria do atendimento do programa é por extensão de rede, mas existe também uma quantidade relativamente grande de comunidades isoladas que não têm como serem supridas por extensão de rede. Então, é necessário se produzir a energia elétrica no local.

Isso está disciplinado na Lei nº 12.111/2009. Aí estão os requisitos para se fazer esses atendimentos.

Aqui mostramos algumas das dificuldades que existem para se levar energia elétrica. Na questão da logística, não há estrada para muitos lugares, é preciso utilizar rios, sem falar na dificuldade de transporte desses equipamentos. Em alguns lugares utilizaram-se até helicópteros para transportar os postes e fazer as redes.



Desenvolveu-se a utilização de postes de fibra de vidro justamente para facilitar a questão do transporte desses postes. Há necessidade de cabos subaquáticos para levar energia. Usinas fotovoltaicas com minirredes e sistemas eólicos — onde há vento, claro — são sistemas que já estamos utilizando para suprir de energia elétrica essas regiões isoladas.

Em maio de 2009, nós atingimos a meta dos 10 milhões de brasileiros atendidos com energia elétrica e que antes não contavam com esse serviço. A nova fase contempla agora o período de 2011 a 2014. O Decreto nº 7.520/2011 estabeleceu onde o programa seria aplicado, porque grande parte do Brasil já tinha atingido um nível de atendimento bastante alto, regiões que as distribuidoras já poderiam completar sem o auxílio do programa. Mas, nas regiões em que ainda tínhamos um número bastante elevado a ser atendido, em função do impacto tarifário das famílias contempladas pelo Programa Brasil sem Miséria, do atendimento de assentamentos rurais e escolas públicas, bem como de comunidades especiais, manteve-se o programa.

E qual foi o número levantado? Esse número foi identificado pelo Censo de 2010, do IBGE. Nós tínhamos 715 mil famílias por serem atendidas. Dessas, nós já atendemos, até junho, 401 mil famílias, sendo que, daquelas 715 mil famílias, 257 mil estavam dentro da faixa de extrema pobreza, e, dessas, 150 mil já foram atendidas. Aqui está a distribuição, então, dessa segunda etapa do programa.

Aqui temos o balanço, e os senhores podem ver, Estado por Estado, qual era a meta que está no PAC 2 — período 2011 a 2014 — e o que já foi realizado. Existe e está sendo identificada uma quantidade ainda de famílias que não estavam contempladas no levantamento do IBGE.

O Acre, por exemplo, tem 9 mil unidades acima da nossa meta, que era o número do IBGE; Alagoas, 11 mil; Amazonas, 11 mil; Bahia, 34 mil; Goiás, 20 mil. Esses são os números de famílias não atendidas pelo programa, dentro do período de 2011 a 2014.

E, aí, os senhores podem me perguntar como vão ser atendidas essas famílias. Bem, nós temos o programa de universalização. Na terça-feira, a Agência aprovou alterações nas duas resoluções que tratam da universalização, e as empresas têm 60 dias para apresentar o programa de universalização, ou seja, o



programa para levar energia elétrica a essas famílias. O maior prazo previsto para essa universalização é 2018.

A partir do momento em que a área de concessão é considerada universalizada, a distribuidora passa a ter que cumprir aqueles prazos, que são bastante curtos, para fazer o atendimento. O consumidor faz a solicitação, e a distribuidora, obrigatoriamente, tem que fazer o atendimento àquela família.

Bom, além disso, nesse programa também, dado seu sucesso, há várias cooperações internacionais com nações que estão levando a experiência brasileira para fazer atendimento às suas populações.

O Ministro sempre comenta que 1,4 bilhão de pessoas não possuem energia elétrica no mundo, principalmente na Ásia e na África.

Aqui, há uma série de países com os quais há intercâmbio, e levamos a experiência desse programa para esses países.

Segundo dados da Eco 92, a exclusão elétrica, na zona urbana, era de 4,66%, e, no meio rural, praticamente a metade da população. Isso mudou. Os senhores observem estes gráficos aqui. No Brasil, o índice de atendimento, em 2000, indicava cerca de 95% com energia elétrica; em 2010, já estávamos acima de 98%.

Neste gráfico à direita, dá para observar que, no meio rural, em 1991, nós tínhamos praticamente a metade da população sem energia elétrica; hoje, estão faltando cerca de 5% das famílias do meio rural ainda a serem atendidas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Encerrada a exposição, eu, como autor do requerimento, quero usar a palavra neste instante. Em seguida, há dois Deputados inscritos: Ângelo Agnolin e Marcio Junqueira. Agradeço a presença aos Deputados.

Nós sabemos, Sr. Ildo, que esse programa é da mais alta importância para o desenvolvimento do nosso País. Tivemos inicialmente o Programa Luz no Campo, no Governo Fernando Henrique; depois, esse programa foi aperfeiçoado no Governo Lula, recebendo o nome de Luz para Todos. Em 2011, estava-se encerrando o programa, nós votamos aqui, já no finalzinho do ano, no último minuto do segundo tempo, a sua prorrogação até 2014, que é o próximo ano.





Pelo que pudemos compreender da explanação de V.Sa., ainda há muito a ser feito, principalmente na Região Nordeste. Por exemplo, eu vi ali que, na Bahia, 51% do previsto foi executado e ainda faltam 49%, para essa segunda etapa. E nós temos lá uma demanda muito grande nessa questão da energia rural, inclusive uma cobrança constante das comunidades que veem a energia elétrica bem próxima, no vizinho, e ainda não puderam ser contemplados com energia elétrica em sua casa.

Nós entendemos que a energia elétrica é fator de melhoria da economia e geradora de desenvolvimento.

Quando a energia elétrica chega a uma casa, ela leva para o morador dessa residência não só a oportunidade de dispor da energia elétrica para atividades econômicas, mas também a melhoria da sua condição de vida, da sua qualidade de vida, dando a ele a possibilidade de ter a sua geladeira, o seu televisor, o seu liquidificador, os seus eletrodomésticos, e isso movimenta a economia local e regional, com o comércio vendendo mais esses equipamentos.

Eu sempre fui um Deputado que acompanhou muito lá na Bahia a questão do Luz para Todos. Quando se leva energia elétrica a uma comunidade de 70 residências, são 70 antenas parabólicas, 70 geladeiras, 70 aparelhos de som, 70 liquidificadores, 70 chuveiros elétricos. O comércio se beneficia totalmente desse programa. E, às vezes, as pessoas não atentam para essa questão. A chegada da energia elétrica aumenta a necessidade de mão de obra, gera mais venda de fios, enfim, uma gama de itens são comercializados a partir da chegada da energia elétrica a uma comunidade, além de haver a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Mas nós entendemos que esse programa ainda se encontra bem atrasado no atendimento à demanda. Nós tivemos a oportunidade de ver Estados que já estão 100% atendidos, mas há Estados em que falta muito para atender, como, no caso do meu Estado, a Bahia.

Eu perguntaria a V.Sa. qual é a programação do Ministério em relação a 2014 e pós-2014. V.Sa. falou em 2018. Já existe uma determinação do Ministério para estender o programa por mais 4 anos? Como nós sabemos, no próximo ano ele será concluído, porque é o que permite a legislação. Então, qual é a programação nos



Estados em que ainda há bastante demanda nessa questão, para chegarmos, se não a 100%, próximos dos 100%?

Nós sabemos que existe, nas decisões dos comitês, até um valor por residência a ser atendida. Esse valor é estanque ou há alguma consideração para que uma comunidade seja atendida com um valor maior que outra comunidade, dependendo da distância da rede principal?

São essas as perguntas que eu faço a V.Sa., inicialmente, para podermos começar o debate com os demais colegas desta Comissão.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Deputado, procurando responder às suas indagações, eu vou começar pela última, a questão do valor da ligação.

É claro que o programa tem um viés econômico. A gente procura viabilizar o atendimento ao maior número de pessoas. Ele procurou realizar primeiro as ligações mais em conta. Então, à medida que vai ficando mais difícil, o valor de cada ligação vai ficando maior. Mas não existe um impedimento. É uma análise econômica. Vai chegar um ponto em que o custo da ligação vai tornar mais em conta fazer de forma isolada. Mas não existe um valor definido previamente: *“Eu só vou fazer uma ligação de 10 mil reais”*. Não. Pode haver ligações com custo maior do que efetivamente as que constam do programa. No final, todos deverão receber energia elétrica, independente desse custo.

É claro que pode ser adotada uma tecnologia de forma que não seja a mais cara, mas que garanta que o consumidor tenha energia elétrica. É o caso dos isolados. Se for por extensão de rede, é um custo astronômico. Então, utilizam-se ou painéis fotovoltaicos, ou geradores eólicos para se atender aquela comunidade. Essa é a lógica. A gente não tem um teto. Ele vai ser definido pela tecnologia.

Quanto à questão da continuidade do programa, em princípio, o programa se encerraria em 2014, com a gente atingindo a meta estabelecida de 715 mil unidades. É claro que já se observa que a gente não vai conseguir levar energia... Estão aparecendo novas demandas. E sempre vão aparecer novas demandas, devido ao crescimento vegetativo, ao crescimento das famílias, que vão se multiplicando, famílias que vão se mudando para o interior. Então, esse atendimento sempre vai existir.



Qual é a forma de se fazer isso fora do programa? Com a universalização, que é responsabilidade da distribuidora. A distribuidora tem de levar energia elétrica a todos os consumidores dentro da sua área de concessão. Esse é o mecanismo que vai ser utilizado para fazer o atendimento a todos os brasileiros.

Como está essa programação por Estado? Como o senhor falou, alguns Estados já atingiram a meta. Então, eles estão 100% atendidos. Qualquer nova ligação entra na regra geral de atendimento. O consumidor vai à concessionária e pede a ligação. Ela tem um prazo bastante curto para fazer esse atendimento. Enquanto o Estado não estiver universalizado, e ele só é considerado universalizado quando tiver um índice de atendimento superior a 99%...

As distribuidoras já apresentaram à Agência as demandas, que são aqueles números que eu mostrei no eslaide, acima dos dados do IBGE. Cada distribuidora vai apresentar um programa. A Agência já tem previamente esse programa, mas abriu um prazo de mais 60 dias para ajustar esses números, porque esses números já aumentaram, em relação ao que elas já tinham apresentado. E cada distribuidora tem um prazo para fazer a implantação dessas ligações. A que tem mais prazo vai a 2018. Mas nós temos algumas distribuidoras que devem cumprir esse prazo, inclusive, até 2014, coincidindo com o próprio programa. Por exemplo, o Piauí está com esse prazo. Em Rondônia, a CERON está com esse prazo de 2014 para levar energia a 99% do meio rural.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - A Bahia tem até quando?

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - A Bahia tem até 2016, a não ser que esse número aumente mais. Aí há necessidade de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Difícil, meu caro Secretário. Se nós temos 50% ainda sem energizar, dificilmente nós vamos chegar a 2016 com 90%.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Noventa e nove por cento. A meta é 99%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Pois é. Dificilmente chegaremos a 99%. É praticamente impossível.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - É que o número da Bahia é muito grande, Deputado. Realmente é uma dificuldade. O senhor viu, lá no início, que a



Bahia é o Estado que tem a maior quantidade de pessoas atendidas, de famílias, e ainda falta gente. Era um Estado que tinha um atendimento muito ruim.

É claro que a gente deve chegar a esses 51% da meta, que são cerca de 70 mil ligações a serem feitas, em 2013 e 2014. Fora isso, foi apresentado um número de 34 mil ligações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Na Bahia, faltam duzentos e tantos mil.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Faltam 250 mil.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Cento e setenta mil.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Mas esse número não aparece para a distribuidora. Esse é o problema. Se a distribuidora não tem esse número...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Mas ela tem sim. Esses são dados da Secretaria de Infraestrutura do Estado.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PAULO GONÇALVES CERQUEIRA** - A ANEEL solicitou a ela que apresentasse a demanda dela registrada. Ela alega ser de 170 mil, mas só conseguiu comprovar 34 mil. E os 50% que o senhor viu ali são da programação de 2011 a 2014. Quando chegar o final 2014, vão ter sido atendidos 100% dos objetivos do Luz para Todos, e vão ficar faltando 34 mil famílias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Na Bahia, vão ficar faltando 170 mil. É a demanda oficial do Governo do Estado.

**O SR. PAULO GONÇALVES CERQUEIRA** - Mas ele não consegue comprovar isso. Ele não consegue dar o nome das pessoas nem dizer onde estão essas famílias. A ANEEL já solicitou esse dado mais de uma vez, para fazer os programas de obras. Ele não consegue mostrar onde estão essas famílias. E apresenta para nós uma estimativa de crescimento vegetativo para os próximos 5 anos. Não é com isso que se trabalha. A gente trabalha o crescimento vegetativo dentro da universalização, que já está prevista. Então, esse número...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Ele só comprova quanto?

**O SR. PAULO GONÇALVES CERQUEIRA** - Trinta e quatro mil.



**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Bem, com relação à continuidade do programa, Deputado, em princípio ele se encerraria, porque, se não pararmos, sempre vai haver demanda. Mas o atendimento, dentro da universalização, será feito. Então, não haveria talvez necessidade da continuidade do programa. O programa cumpriu o seu papel. Já há cerca de 14,8 milhões de pessoas atendidas e existe efetivamente esse mecanismo para concluir o atendimento.

É claro que ainda temos de fazer algumas avaliações. Se isso tiver um impacto muito grande na tarifa... Levar energia para o meio rural não tem custo para o consumidor. Esse custo acaba entrando no investimento do... O Luz para Todos é praticamente a fundo perdido, mas, se a distribuidora executar isso, se for investimento dela, é claro que ela tem que ser remunerada. E isso entra na tarifa de todos os consumidores daquela concessão. Se o impacto for muito alto, a gente pode efetivamente trazer para dentro do programa ou reeditar o programa por mais algum período, justamente para não causar esse impacto na tarifa.

Mas o consumidor continua tendo a sua ligação de forma gratuita, limitada, é claro, à capacidade que o programa tem: 50 quilowatts para cada consumidor. Uma instalação para fazer o atendimento até essa capacidade é feita de forma gratuita. O consumidor só vai passar a pagar a energia.

É claro que, se ele precisar de uma instalação para uma capacidade maior, ele passa a contribuir para essa instalação. Por quê? Porque com um consumo maior ele já tem condição de contribuir, para não se distribuir esse custo para todos os demais consumidores daquela concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Passo a palavra aos Parlamentares inscritos para o debate.

Inicialmente, tem a palavra o Deputado Ângelo Agnolin.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Quero cumprimentar o autor do requerimento, Deputado José Rocha, o Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário do Ministério de Minas e Energia, e os demais presentes.

Início dizendo que não há como se questionar a importância desse programa. Basta ficarmos 15 minutos sem energia elétrica na nossa casa ou no nosso trabalho, para sabermos o que significa a energia elétrica. E todos já passaram por situação semelhante. Ou dentro um elevador ou diante de um sinal de trânsito que não



funciona, sabemos a tragédia que é a falta de energia elétrica. Portanto, trata-se de programa extremamente positivo.

Tenho algumas preocupações. Sou do Tocantins. Pelo gráfico, faltam 15 mil ligações no Estado, com as novas identificações. Mesmo assim, a sensação que tenho é de que esses prazos estão muito esticados, até porque, quando se vê o orçamento da Nação brasileira, que beira 5 trilhões de reais, esse investimento é pequeno. De repente se poderia encurtar um pouco esse tempo, porque hoje temos um drama nas regiões: o Luz para Todos chegou até à fazenda do Seu José, e falta só um pedacinho para chegar à de Seu Francisco. E o Seu Francisco está absolutamente indignado. Ele já está para ir para os movimentos de rua reclamar, porque ele também tem direito. Se chegou para o Seu José, por que não para o Seu Francisco?

Entendemos que as coisas têm que ser feitas de forma progressiva, mas eu acho que seria importante um esforço maior para darmos celeridade ainda maior a isso, dada a importância, a influência econômica da energia elétrica, o bem-estar familiar que ela promove e, enfim, uma série de outros elementos altamente favoráveis.

Ao mesmo tempo, a chegada da energia elétrica tem criado para o tocantinense alguns problemas. Vou citar um. Por exemplo, nós temos um índice muito grande de pessoas que estão inseridas na tarifa social, além de áreas indígenas, quilombolas e outros territórios da cidadania, que têm tarifa diferenciada, principalmente áreas indígenas. O que está acontecendo? Somos hoje um Estado que exporta 80% da energia gerada, energia limpa, de hidrelétrica. Isso quer dizer que consumimos 20% do que produzimos. E tínhamos a segunda tarifa mais cara do Brasil; hoje talvez tenhamos a quarta ou quinta tarifa mais cara.

Parte disso é decorrente do benefício que o Luz para Todos levou para o Estado, e nós estamos felizes por isso. Possibilitamos às pessoas o privilégio de ter energia elétrica. No entanto, o custo dessa energia elétrica é repartido, é rateado com todos os consumidores do Estado, daquela distribuidora. E isso tem onerado todos os demais consumidores de forma quase insustentável.

Estou comentando isso porque, se alguém desenvolve uma atividade econômica, é muito difícil levar o empreendimento para um Estado que tem uma



tarifa de energia elétrica elevadíssima, considerando que energia elétrica é parte determinante na montagem do custo operacional de um empreendimento. Ficamos, na verdade, ilhados, com grande geração de energia elétrica e com tarifa absurdamente alta. Somos penalizados!

Por que estou fazendo esse comentário? Porque eu acho que, a par do grande e inquestionável benefício de se levar energia elétrica ao povo, seria preciso também se preocupar... E a Bahia terá o mesmo problema. Ela vai ter que socializar esse custo subsidiado, porque não é o Governo que garante a tarifa social, são os consumidores daquela unidade que garantem essa tarifa. Ela é paga pelos demais consumidores. Este é o grande detalhe: não há subsídio público no consumo. Na hora em que se faz a modicidade tarifária, monta-se o custo da tarifa de energia elétrica, e isso está tudo inserido em um mesmo plano. Não há subsídio à tarifa social por parte de governo. Repito: quem paga a tarifa social são os demais consumidores daquela unidade distribuidora; são eles que pagam

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Posso comentar?

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Com certeza. V.Sa. pode e deve comentar.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - O subsídio da tarifa social é distribuído entre todos os consumidores brasileiros, não é daquela área de concessão.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Mas a tarifa de energia elétrica é estabelecida por concessão, não é por unidade nacional; é feita por concessionária. É ali que se distribui esse custo. São Paulo não paga a tarifa social do Tocantins, nem a da Bahia; quem paga é o tocantinense, é o baiano.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Não, Deputado, o que acontece? É claro que nós temos, e isso é um problema, diferenças tarifárias entre as diversas concessionárias do Brasil. A diferença chega a percentuais acima de 30%.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Gritantes. Em Brasília, é 160 o quilowatt-hora; em Tocantins, é 450.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Não, aqui é 280. E temos lugares a...

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - O dobro, nós temos o dobro de Brasília!



**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Há uma estrutura tarifária. Busca-se a equalização dessa tarifa, mas existe uma dificuldade. Nós vamos ter essas distorções, mas com o tempo elas vão se reduzindo.

Agora, esclarecendo a questão da tarifa social, a tarifa social não é subsidiada só pelo consumidor daquela concessão, mas por todo o Brasil. Exatamente, a CDE é paga por todos.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Para a implantação; não para o consumo.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Para o consumo. Não é o Luz para Todos. Estou falando de tarifa social, inclusive ela vale para o meio urbano.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Sim, claro.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - O que acontece? A distribuidora cobra a tarifa cheia. Ela vai ter direito à tarifa cheia. Se a tarifa social chegar só à metade, os outros 50% são cobertos pela CDE.

A CDE é um fundo setorial que todos os brasileiros pagam. É igual à CCC. É claro que a CCC será subsidiada pelo Tesouro, mas a CDE, essa parcela da tarifa social, é paga por todos os brasileiros, não somente os daquela concessão.

O que distorce um pouco a questão da tarifa da concessão...

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - A extensão das redes pesa, tem peso relevante: quanto mais rede, menos consumidor, mais preço para os consumidores, para todos os consumidores.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Sim, pesa. É claro que a melhor distribuidora é aquela que fica concentrada, como a CEB. A CEB tem a sua carga, e é uma carga grande. As pessoas têm alto poder aquisitivo — olhem a incoerência da coisa — e, além disso, a sua rede é toda concentrada.

Se considerarmos o Estado do Pará ou a própria Bahia, Estado do Presidente da Mesa, observamos a forma esparsa dos consumidores. Assim, exige-se uma quantidade de rede muito maior para distribuir uma carga menor, atender a um consumo de energia muito menor. Consequentemente, a tarifa será um pouco maior, não há dúvida, porque, como esse custo fica nessa área de concessão, vai onerar um pouco mais a tarifa dessa área de concessão.





Agora, a tarifa social, Deputado, com certeza absoluta, é paga por todos os brasileiros. Ela não fica...

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Agradeço a informação. A que eu tinha era que entrava no cálculo tarifário daquela concessionária. Tudo bem, mas a extensão das redes, sim, ela vai pesando cada vez mais.

Agora, estou fazendo essa observação porque seria justo se pensar em alguma forma de compensação, para não penalizar os demais consumidores e também as atividades do Estado. Quando se vai expandindo a rede, vai-se onerando o custo e dificultando o convencimento para atividades que são imprescindíveis para Estados, como, por exemplo, os do Norte, que têm hoje baixa atividade econômica e, entre os limitadores, está o custo da energia. Mesmo sendo Estados altamente geradores de energia — pois se abastece grande parte do Sudeste com a energia gerada no Norte e em parte do Nordeste —, eles têm uma tarifa hoje totalmente insustentável. Agora mesmo houve um aumento de 10% num Estado que já paga uma tarifa absurdamente alta. Precisamos rever isso.

Quero fazer esse registro porque o considero importante. Podemos até pleitear uma compensação na tarifa para extensão de rede. Como a tarifa social tem esse formato, segundo o Sr. Wilson, por que não a extensão da rede também ter uma forma de compensação, Sr. Presidente? Poderia ser um caminho para amenizarmos os encargos que pesam principalmente sobre nordestinos e nortenses neste Brasil, e que acabam ficando mais leves para o Sul e para o Sudeste, que são altamente privilegiados.

Este era o registro que eu queria fazer.

Quero deixar registrado também que acho muito longa uma perspectiva para 2018. O Brasil não precisa desse tempo todo. Há estrutura para fazer. O Brasil precisa investir. Sabemos que o nosso gargalo hoje, o maior gargalo da Nação brasileira, é a falta de investimento público, é falta de gastar dinheiro público. E nós estamos aí, puxando para 2018 uma coisa que é simples demais de se fazer: abrir picada, colocar poste, esticar fio.

Não há nenhum segredo tecnológico, não há uma dificuldade, não há nada, salvo em alguns poucos lugares — e não existe nenhum no meu Estado — que dependam de outro instrumento a não ser um trator, um machado e uma picada



para instalar energia. Não há nenhum obstáculo que impeça que se faça, em 6 meses, em 7 meses... Se quiserem mesmo, até em menos tempo dá para instalar no resto das propriedades que não têm.

Não há dificuldade. A dificuldade é decisão, a dificuldade é implementar, é dizer: “*vou fazer*”. Existe gente para fazer, estrutura, recurso, não há impedimentos de obstáculos naturais. Por isso, eu quero deixar aqui este apelo para que eu não continue...

Ontem mesmo me ligou de lá o Sr. Pedro Pacífico, que hoje está fazendo um grande evento na fazenda dele, uma festa típica da região, a Festa do Divino, onde juntam 2, 3 mil pessoas e ele não tem energia. O vizinho, a 500 metros, tem energia. Ele está lá berrando, desesperado, querendo que a energia chegue até ele; faltam 500 metros, é só esticar os cabos.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Faltam 40% ainda lá no seu Estado.

Mas, só para fornecer um dado em relação à Bahia, que foi fornecido aqui pelo representante do Governo, é que a ANEEL tem dificultado; ela tem exigido do Estado, o CPF, o RG e as coordenadas geográficas de cada consumidor; não tem atendido apenas aos dados do Censo. Por isso o Estado não tem dado essa comprovação, exigida pela ANEEL, desses consumidores, por causa dessa exigência.

Entendemos que poderia ser bastante... Essas exigências deveriam ser relevadas, porque hoje você, no Nordeste, conseguir de cada proprietário o RG, o CPF e ainda as coordenadas geográficas, realmente, fica difícil.

Com a palavra o Deputado Marcio Junqueira — o Estado de V.Exa. deve estar bastante atendido.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Bom dia a todos. Quero parabenizar o Deputado José Rocha pela iniciativa — é uma pena que hoje, quinta-feira, nós não tenhamos tantos Parlamentares aqui, porque esta é uma audiência de suma importância — e agradecer a presença ao Sr. Ildo Wilson.

Eu quero, primeiro, reconhecer que é um grande programa. Sem dúvida nenhuma, apesar das deficiências, que ocorrem em função...



Não estou aqui a defender o Ministério, mas a gente que conhece o Brasil sabe que, efetivamente, esse é um programa que avançou muito, a meu ver. Eu, que já fui muito crítico lá no começo, fiz alguns discursos, inclusive dizendo que era “luz para alguns”, que não era “luz para todos”. Mas, ao longo dos anos, e observando a questão ambiental, como disse o colega de Tocantins, *“a gente abriu uma picada, entrou um trator”*.

O grande problema do nosso País, hoje, está nas linhas de transmissão, em função das licenças ambientais. Tanto é que o Governo brasileiro, no caso específico do Norte, está tomando a decisão de construir, através de consórcios, hidrelétricas em outros países, porque hoje nós não conseguimos licenciar o empreendimento. Nós vemos aí o problema que foi Belo Monte, o tempo que demorou; Santo Antônio, Jirau.

Quero dizer também, Presidente, que esta audiência pública, esse debate, ele é extremamente regionalizado. Cada Região, cada Estado tem uma característica. Eu, aqui, tenho que concordar com as colocações, com a explanação do Sr. Ildo e com o material que ele passou, Deputado, porque, por exemplo, de fato, eu observei que, para o Programa Luz para Todos atravessar o Rio Uraricoera, teve que instalar um cabo subaquático para atender as comunidades indígenas daquela região. Hoje, de nove comunidades, seis já foram atendidas — e, daqui a pouco, eu vou me dirigir ao senhor, até a título de sugestão. Por isso, estou dizendo que se trata de um tema regionalizado, e aí está a importância desta audiência.

Vejo que nós estamos conversando, hoje, com um técnico, com pessoas comprometidas com o Brasil, e vejo que há políticas, porque o político passa. Nós temos que fazer um concurso público a cada 4 anos, e ainda agora, enfrentar as vozes das ruas. Então, a coisa não está muito fácil.

Em Roraima, eu observo que nós avançamos muito. É lógico que precisamos disso. E, aí, eu quero reforçar, Sr. Ildo, que, como disse, essa é uma questão muito regionalizada. A gente observa que o Deputado José Rocha falou da Bahia, o meu irmão de Tocantins falou do seu Estado, e se houvesse aqui mais dez, vinte Deputados, cada um falaria de seu Estado, porque essa é uma questão regional.

O que eu acho que falta, Sr. Ildo — a Dra. Marta está aqui —, é interação entre o programa, leia-se Ministério, a sua Secretaria, e a classe política dessas



regiões. Vocês têm o procedimento técnico, enfrentam a burocracia dos licenciamentos, das licitações, mas de nós, Sr. Ildo, isso é cobrado de forma política, direta. Se José Rocha chegar, amanhã, à Bahia e disser: *“Olha, nós fizemos lá audiência. Ele me disse que, até 2018, vai fazer, mas o Governo não conseguiu apresentar”*. Como apresentar isso ao cidadão comum? Ele vai virar as costas e dizer: *“Não, o José está com balela”*. Ainda mais quando ele vir o vizinho dele com energia, como acontece nesse caso da Festa do Divino. Aí que ele não acredita, e nós pagamos um preço muito alto.

Acho que falta, hoje, no Governo como um todo, interação. O que custa interagirmos, darmos sugestões, ouvirmos, aprendermos?

Para Roraima, esse programa é crucial, e tenho aqui também que reconhecer o esforço do Ministério, do Governo Federal. Nós estamos saindo do sistema isolado nesse Linhão de Tucuruí, que já está em Manaus. É um feito atravessarmos a Floresta Amazônica com um linhão desses, saindo do Pará para chegar a Manaus e, de Manaus, a Boa Vista. Já está em Manaus. Ou seja, existe a perspectiva, tirando problemas com os das reservas indígenas, os uaimiri-atroari, que não querem que passe; o Ministério Público se junta. Mas isso é do Brasil.

De forma direta, sem essa interação, não conseguiremos discutir soluções reais. Nós sabemos, por exemplo, que se hoje as comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol e São Marcos, que foram amplamente divulgadas no mundo, têm energia é porque o Governo banca lá o óleo *diesel*, banca o motor.

Quando o Presidente Lula — ainda Presidente — esteve em Maturuca, foi uma grande festa. A equipe percussora da Presidência da República, que foi para lá organizar a festa, descobriu que não havia energia. Então, solicitou alguns motores, daqueles velhos, antigos, que ainda temos, aquele “GMzão”, e instalou lá para receber o Presidente do Brasil. Aí ele pediu: *“Deixe os motores aqui, Governador. Não tire mais esses motores”*.

Nós sabemos que lá há muito potencial hídrico para miniturbinas, mas como nós estamos distantes, o Ministério não interage conosco. Não que não estejam lá. Eles cumprem o seu papel, fazem o que podem, mas a solução não chega.

Não se consegue organizar uma audiência pública para o Ministério demonstrar para as comunidades indígenas: *“Olha, vamos fazer uma ‘PCHzinha’*,



*uma miniturbina e acabar com esse negócio de óleo diesel, de motor”,* porque eles passam lá, às vezes, 15 a 30 dias sem energia.

Eu sei que é muito difícil para vocês levarem energia para lá, é um custo altíssimo, mas tem que resolver. Então, vamos buscar uma solução juntos.

Nós temos lá o potencial eólico — estou dizendo especificamente na Raposa Serra do Sol, na Região Norte, para as comunidades indígenas.

Nós temos a questão do Baixo Rio Branco, em Roraima. O senhor veja bem: lá, hoje, em função de estarmos acima da linha do Equador, o nosso regime de chuvas, e conseqüentemente de safra, de plantio, é diferenciado do resto do Brasil. Nós estamos no Hemisfério Norte já. Naquela região, estão distribuídas 14 vilas. A colonização de Roraima, da Amazônia, começa ali: no Rio Branco, no Rio Jufari, no Rio Jauaperi.

Eu faço questão de frisar isso porque eu quero que o Ministério entenda que a gente conhece bem. Sabemos das dificuldades, mas entendo que falta essa interação.

Então, distribuídas nos Rios Jauaperi, Jufari e Rio Branco, são 14 vilas. Um litro de óleo *diesel* — e agora está federalizado, agora vocês vão sentir o que nós sentíamos —, para chegar num motor, para abastecer, para gerar 6 horas de energia, custa de 8 a 9 reais, porque tem o transporte, o armazenamento — de 8 a 9 reais um litro de óleo *diesel!* E sabemos da tecnologia, hoje, da própria Siemens e outras companhias, dos acumuladores de energia com painéis solares. Se havia um motor que trabalhava 12 horas, com os acumuladores e os painéis solares, vai-se usar por 4 horas o motor. A vida útil do motor será maior, bem como a economia.

Nesses lugares, jamais; é praticamente impossível chegar energia dentro do sistema integrado brasileiro. Não tem como chegar, não tem por onde chegar. Isso é fato. Então, há que se buscar soluções modernas, que já existem. A minha proposta é nesse sentido.

Mais uma vez, repito, aproveitando que a Dra. Marcia está aqui, em cada Estado... Vamos discutir juntos. Não é um problema da Bahia, de Roraima, de Tocantins, do Zé, dele, meu ou seu. O problema é de todos nós. Vamos lá explicar. Se a pessoa mora numa ilha, no caso, a Ilha do Piranha, no Rio Uraricoera, a cem metros ele enxerga a energia, a geladeira, o outro tomando água gelada e ele



comendo peixe salgado, tomando água quente. A cem metros a energia está lá. Isso é uma tortura!

Se o Zé tem esse dado, se ele tem esse dado, é porque são parceiros dos Governos dos Estados. Um Deputado pode ir ao órgão ambiental, fazer um pacotão: quais as licenças que estão faltando? A Comissão de Minas e Energia!

Parece que a Comissão de Minas está aqui contra o Ministério, contra o Brasil. Não! A Comissão de Minas está aqui fazendo o seu papel, que é externar o sentimento popular. É isso o que um Deputado representa.

Quando a gente vê as vozes das ruas, é exatamente pela inércia do Congresso Nacional. Ficamos violentados por essa criação infame, chamada medida provisória, a MP. Estamos aqui há 10 anos votando MP, e tem quase 6 mil projetos de iniciativa do Legislativo dormindo aqui, projetos de iniciativa do povo, porque você textualiza e verbaliza aquilo que a sua base lhe diz.

Então, estou aqui para elogiar. Sei das dificuldades de vocês. Agora, não adianta só eu bater palma para o senhor, ir embora e dizer que está tudo bem. Não, não está. Temos problemas, que têm que ser superados. O que não se pode é criar esse ranço. A Presidenta está sofrendo isso. Criam ranço à toa, uma bobajada. Quem tem que ganhar é o povo, a população.

Então, faço um apelo ao senhor. Sem jogar flores, vi aqui uma pessoa extremamente coerente, quando ele falou que é só abrir uma picada, porque o senhor já se lembrou da nossa Izabella Teixeira, do Vicentinho do ICMBio, dos nossos IBAMAS da vida. Não sai a licença! E vai derrubar uma árvore dessa?! A federal vem buscar ele preso, algemado, dentro do Ministério. Lá em Roraima, não tem onde desviar, é só floresta. Se tivesse jeito... *(Risos.)*

Então, quero parabenizá-lo e faço esse apelo. Os dados aqui, efetivamente, me contentam. Eu tenho conversado muito com o Cordeiro, lá em Roraima. Inclusive, ele tem ido a programas junto conosco. Efetivamente, foi um programa que avançou muito em Roraima. Na época em que ele se iniciou, ainda era a companhia energética. O Governo do Estado, com todas as dificuldades, conseguiu executar. A gente vê esse número aqui. Agora, é importante, já que a ELETROBRAS assumiu, que a gente discuta isso, principalmente a questão ribeirinha.



Já termino, Deputado José Rocha.

Nós jogamos hoje lá toneladas de cupuaçu fora. Cupuaçu, açaí. Não temos uma indústria pesqueira. Por quê? Não temos energia. Jogam cupuaçu fora. Os ribeirinhos estão lá com cupuaçu, açaí nativo. É uma coisa fantástica. Nós temos açaí e cupuaçu, quando o Brasil não tem, porque nós estamos em outro regime. E jogam fora, vivem lá. Um membro do Ministério Público falou que é um absurdo um ribeirinho pegar tartarugas para vender. Eu falei: *“Não, procurador; vamos fazer o seguinte. O senhor sai aqui do seu escritório, vai lá para Sacaí, Cachoeirinha ou Santa Maria do Boi Açu, e fica lá com sua família. Aí, sua filha ou seu filho chega no Natal e pede um tênis, uma camisa nova, um vestido. O pai olha para um lado, para o outro, o açaí que ele tinha ele jogou fora, porque não conseguiu congelar, processar, porque não tem energia; o cupuaçu que ele tinha ele também jogou fora, porque não conseguiu congelar, processar, porque não tem energia. Ele se agarra com uma tartaruga daquela, que ele vende por 400 reais, e compra o vestido da filha dele. Eu faria; o senhor faria.”*

Então, energia é política sustentável, é dignidade, é perspectiva. O apelo que faço, em função da sua coerência, da sua postura centrada — quero parabenizá-lo mais uma vez —, é para olhar de forma regional. Chame os Deputados, Governadores, Senadores para dentro do problema, que não é só de vocês. Quando a gente coloca aqui, parece que a gente... *“Não; vocês têm que resolver, e acabou. Eu vou fazer um discurso aqui.”* A gente sabe que não é só isso. Se dependesse de vocês, eu tenho certeza de que estaria tudo já com um bico de luz, como a gente fala, com uma tomada lá.

Eu quero que o senhor veja... Tenho certeza de que falo aqui em nome da maioria dos membros da Comissão. Tenha em nós parceiros; discuta os gargalos, as questões ambientais, de tecnologia, para que a gente possa avançar efetivamente.

José Rocha, hoje talvez você não tenha noção da importância desse seu requerimento, desse debate e o que isso está iniciando aqui. Você deu oportunidade... Mesmo que hoje só com dois Deputados, mas você deu oportunidade de conhecermos pessoas que querem fazer, que sabem fazer e precisam de apoio.



Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Muito bem, Deputado Marcio Junqueira.

Eu queria só manifestar minha preocupação, Sr. Ildo, a partir dos dados trazidos por V.Sa. e dos que nós dispomos nos Estados. Preocupa-nos quando o senhor nos apresenta uma estatística de consumidores e de demanda por atendimento do Programa que não bate com a realidade; ela está muito aquém. Aqui são consumidores que têm CPF e RG e que estão identificados por coordenadas geográficas. A estatística real é muito diferente dessa que está sendo apresentada. Quando se diz que estão atendendo a 80%, 90% ou mesmo 100%, isso não corresponde à realidade; está muito aquém.

Os dados estatísticos oficiais da Bahia dizem que faltam serem atendidos apenas 49%, o que corresponde a 78 mil, quando nós temos 170 mil a serem atendidos, 50% a mais. Ou seja, a estatística aqui está 50% a menor da realidade.

Eu acho que esses dados estatísticos devem ser equalizados ou aprimorados em relação à realidade. O Estado tem uma realidade, e o Governo Federal tem outra completamente diferente.

Então, essa é uma preocupação que eu deixo com o Sr. Ildo, para que os dados estatísticos acompanhem de fato a realidade de cada Estado. Senão, nós vamos ter a impressão de que o Programa está atingindo um nível que, a rigor, não está de acordo com o que é apresentado pelos Estados.

Com a palavra o Sr. Ildo Wilson, para tecer suas considerações sobre o que disseram os Deputados.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer os elogios ao Deputado Marcio Junqueira. Nós estamos abertos a essa interação, nós sempre temos atendido às solicitações de audiências da classe política com relação a qualquer tema relativo à energia elétrica, mais especificamente ao Luz para Todos. Não temos o menor problema quanto a isso e estamos abertos a esta conversa, a esta discussão, justamente para ouvir sugestões. E, no sentido oposto, a classe política pode nos auxiliar na implantação do Programa — isso realmente nos auxilia muito.





Com relação aos Estados da Região Norte, principalmente, existe uma grande dificuldade nesse atendimento. Nós estamos trabalhando já, Deputado, com o que chamamos de projetos especiais, que são esses atendimentos isolados utilizando-se energia solar e eólica. Em último caso, entra também a geração térmica, mas essa seria a última alternativa. Primeiro se tenta utilizar energia renovável. Nós já temos implantados diversos projetos com energia alternativa e, dentro do Programa, existe uma área que cuida só dos isolados.

Por que isso acabou ficando mais para o final do Programa? Justamente em razão do custo e da dificuldade. O Programa acabou atendendo primeiro o mais fácil; o mais difícil ficou para o final. Mas isso não impede que nós continuemos conversando — estamos abertos a sugestões —, e estamos fazendo um esforço muito grande para, efetivamente, levar energia elétrica a essas comunidades.

O Programa foi estruturado de tal forma que tivesse continuidade e sustentabilidade, Deputado. Nós tivemos um programa algum tempo atrás que não se preocupou com sua sustentabilidade. Esta é a preocupação do Programa: levarmos energia e que continue a haver energia nessas localidades.

Quando é por extensão de rede, isso não é tão difícil, mas quando o sistema é isolado, é preciso que esteja muito bem estruturado. Caso contrário, instala-se o equipamento, a pessoa passa a ter energia elétrica e, daqui a pouco, ela não tem mais; os equipamentos são destruídos, viram mesa de sala, viram enfeites, e deixa-se de ter energia. Então, o Programa tem essa grande preocupação de não repetir um erro do passado.

Roraima, realmente, vai ser integrada ao Sistema Interligado Nacional. Esperamos que até 2015 isso ocorra, e aí o Estado vai ficar com um nível de atendimento, de qualidade e de segurança muito grande, como os demais Estados brasileiros.

Gosto de repetir sempre os princípios do modelo do setor elétrico brasileiro: segurança, ou seja, energia com quantidade e qualidade suficientes; modicidade tarifária — buscamos sempre ter energia ao menor preço, os mecanismos que se utilizam para expansão do sistema buscam energia mais barata — e universalização, ou seja, levar energia elétrica a todos os brasileiros,



independentemente da sua situação ou localização dentro do Brasil. Esses são os três princípios básicos do modelo do setor elétrico brasileiro.

Sobre o Tocantins, temos uma série de dificuldades de implantação, como ocorre com qualquer programa. O Luz para Todos enfrenta o problema da mão de obra. Nem sempre essa mão de obra concorre com grandes empreendimentos. As grandes usinas que estão sendo implantadas absorvem uma quantidade muito grande de mão de obra; as linhas de transmissão de grande porte absorvem muita mão de obra, e o Luz para Todos, como fica lá na ponta, enfrenta dificuldade de formar mão de obra. As empresas formam mão de obra, que, uma vez formadas, são levadas pelos grandes empreendimentos, e lá fica de novo o ônus de formar nova mão de obra — é bom porque vai se formando mais gente, mas é uma dificuldade. A questão ambiental é outra dificuldade. Não podemos passar por cima dos órgãos licenciadores, e enfrentamos dificuldades, que vamos vencendo, e vamos implantando. Há ainda o problema de logística: em muitos lugares não há como levar os equipamentos. Precisamos de estradas, mas isso depende do Ministério de Minas e Energia. É preciso interação — outra dificuldade. Por último, a dificuldade maior: nós temos problemas com empresas distribuidoras, como no caso específico do Tocantins.

Nós tivemos um grande grupo brasileiro que abriu o bico. E, aí, o que acontece? Como esses recursos são de Governo, para receber, elas têm que estar adimplentes com as suas obrigações. Se não estão, isso trava o Programa, porque elas não podem receber os recursos. Então, é preciso primeiro equacionar a empresa para depois ela receber os recursos e, então, dar continuidade ao Programa.

No Pará, nós paramos o Programa. O Programa parou por problemas da CELPA, que entrou em processo tal, e não tinha como receber os recursos. Equacionada a questão empresarial, ela passou a receber os recursos, e o Programa foi retomado. Mas esse problema está disseminado entre as demais empresas do Grupo Rede, e temos que vencer essa outra etapa para o Programa ir para frente.

Enfim, a cada dia temos que vencer uma nova batalha.



Por último, Deputado, sobre as estatísticas, temos que acreditar em alguém. Nós utilizamos os levantamentos do IBGE, a fonte oficial de informação com relação à estatística. É claro que há algumas diferenças de critérios, sim, temos conhecimento de que o IBGE tem alguns critérios, e a empresa responsável por buscar esses dados nos disponibiliza. É claro que deve haver alguma diferença.

A Bahia é um caso que chama a atenção. Não temos observado isso nos demais Estados. Os números apresentados pelas distribuidoras vão além do número do IBGE. Eles já são além do número do IBGE. Em princípio, a nossa meta é o número do IBGE, a estatística do IBGE.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Mas, Secretário, acho que deveriam ser levados em conta não os números do IBGE, mas os dados do órgão do Estado, que tem realmente essa demanda muito mais atualizada do que o IBGE. Não tenha dúvida.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - De qualquer forma, vamos olhar o caso da Bahia, mas nos demais Estados não tem aparecido essa diferença, Deputado. A Bahia é um caso diferente. Nós temos recebido a classe política no Ministério, e os números não têm sido muito diferentes. É claro que não bate no último algarismo, mas eles estão muito próximos daquilo que a distribuidora está apresentando para a agência. A Bahia, realmente, eu diria que é um caso atípico, porque nos demais Estados não está...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - A diferença é muito grande.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - É muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - O senhor vê que a diferença é muito grande.

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Ele há havia surgido lá atrás, Deputado, isso já havia sido questionado, já havia sido levantado. Mas não temos como, efetivamente... Nós temos que utilizar um número oficial. Foi definido que deveríamos seguir o número do IBGE. Então, seguimos esse número. É claro que se vai olhar esse caso, e não é por questão de estatística que a população do interior da Bahia vai ficar sem energia elétrica. Com certeza.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Eu gostaria de fazer só uma complementação. Acho que as explicações são perfeitamente convincentes. As



dificuldades existem efetivamente. Lamentavelmente, ficamos nessa enrascada de ter uma companhia que não correspondeu aos princípios de uma boa gestão de empresa privada e deixou a desejar. Estamos sob intervenção faz algum tempo.

Eu defendo uma tese muito claramente: se alguém cometer qualquer irregularidade, ilegalidade, qualquer apropriação indébita, isso não pode jamais ser motivo para estacionar, paralisar qualquer empreendimento. O povo não tem culpa. Pode ser na estrada, pode ser na ponte, pode ser na ferrovia, pode ser na energia. Identifica-se a responsabilidade, pune-se com severidade e continua-se a obra. Eu não posso me permitir aceitar que se pare uma ferrovia porque alguém roubou, desviou ou agiu de má-fé. Não tem nada a ver. Aquele é outro problema. Levantou, inventariou, identificou, acionou, judicializou, pau nele e continua a obra, porque, se não, sacrificamos pessoas que dependem daquilo em razão de alguém que não foi digno, correto, decente, transparente e coerente com o papel que exercia, porque concessionária tem responsabilidade pública. A mesma coisa é o agente público, não pode cometer irregularidade.

Nós temos uma grande esperança pós-intervenção de que o programa retome o pique total.

Imaginem explicar para um tocantinense por que não tem energia! É a mesma coisa do que o povo do Rio de Janeiro, maior Estado confrontante com produção de petróleo, não ter gasolina no tanque. É a mesma coisa. Ficam jogando na nossa cara: *"Pô, nós emprestamos o rio, foram construídas já quatro usinas, vão ser feitas mais duas; deixou de ser rio, estragaram minha praia, acabaram com a minha história e eu estou sem energia?"*

É difícil explicar, é muito difícil explicar, até pelo Estado: são sete usinas, quatro já construídas, e ainda querem entrar no Araguaia, que acho que vamos impedir. Aí vou virar ambientalista, vou inverter o papel, porque se estragarem o Araguaia, continuarem pagando um preço desses e ainda não ter energia na casa do tocantinense, aí não dá. Vamos ter que entrar no movimento de rua "os sem energia".

Mas, apenas queria mostrar essa sensação — eu acho que esse é o nosso papel; vocês estão aqui representando o Ministério — de que efetivamente é difícil explicar a um tocantinense por que ele não tem energia na sua casa. Até que o



preço ele tolera, vai lá e paga, né? É barato mesmo, não é coisa que... Barato, não. É caro, mas gasta menos e dá para equalizar. Agora, explicar por que a usina está a dois quilômetros da casa dele e que ele não tem energia, é muito difícil.

Eu queria que vocês me ajudassem a fazer esse convencimento no Ministério para a gente poder dar essa satisfação ao povo tocantinense. Somente isso.

Obrigado.

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Se o Secretário me permite, até para contribuir com as informações, Deputado, no Estado do Tocantins, nós começamos o Programa lá com uma meta de 40 mil famílias por atender. Até hoje, já atendemos mais de 80 mil famílias em Tocantins.

Então, o Programa lá nunca teve problemas até agora, com a intervenção e recuperação judicial da CELTINS. O último contrato que assinamos com a CELTINS, eu me lembro, na época — esse contrato tem uns 2 anos —, foi o maior valor por ligação que assinamos até então com uma concessionária, da ordem de 12 mil reais.

Então, quero só frisar que não há problema com recursos federais, não há problema com recursos do programa.

Lembro também que fizemos alterações na composição da distribuição de recursos para o Estado do Tocantins, em substituição ao Governo do Estado, que tinha participação, e também mudamos, até para mitigar o impacto na tarifa da população consumidora de Tocantins, e aumentamos sensivelmente a CDE.

Então, hoje, a participação da CDE é de 75% e 15% de financiamento, de forma a contemplar a preocupação que o senhor levanta, e que é real, com relação à tarifa.

De forma que, Deputado, todas as ações que são de responsabilidade do Governo foram e estão sendo tomadas. Agora, há um impedimento legal de repassar recursos se a empresa não estiver habilitada a receber o recurso.

Então, era essa a consideração.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Só uma pergunta: a intervenção não habilita?

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Não. Não somente a intervenção. Porque a intervenção não afasta a obrigação de a empresa estar adimplente com os



seus recolhimentos e suas obrigações fiscais. Então, na hora de repassar o recurso, ela tem de estar adimplente com as suas obrigações fiscais. Então, não afasta.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - É um cenário complexo, não é? É preciso discutir por que é assim. Se está sob intervenção, se está sob o comando da agência reguladora, teria motivação, não é?

Acho que dá para fazer alguma alteração nessa modelagem, porque não se justifica. Quem está gerindo os recursos agora é a ANEEL. Então, não teria razão para não... Mas, tudo bem. A gente entende, e também reconhecemos essa parte toda positiva.

De passagem, o Tocantins começou a fazer energia elétrica antes do Luz para o Campo e antes do Luz para Todos. Nós começamos com o PERTINS, com financiamento que fomos buscar no exterior, no Japão, para poder começar a atender a demanda de energia elétrica na área rural, ainda antes desses programas nacionais serem implementados. Uma soma que, realmente, ajudou a construir uma solução mais rápida, mas ainda há uma demanda reprimida, que é pequena. Por isso que é bom resolver logo. Faltam poucas residências. Vamos dar essa alegria para o Tocantins.

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Da mesma forma, também estamos fazendo com a COELBA, que também apresentou pleito, e a gente teve de fazer alteração na distribuição de recursos. Também aumentamos consideravelmente a parcela da CDE agora, no último contrato que está em análise na ELETROBRÁS: 75% de CDE, 15% de financiamento e o restante é a contrapartida da concessionária. De forma até tínhamos compactuado uma meta que a COELBA iria cumprir quase integralmente durante o ano de 2013, mas, no ano passado, o Governo do Estado solicitou à COELBA a realização de obras de combate à seca e a empresa teve de realocar suas equipes para atender a essa solicitação, que é justa. Isso acabou impactando no desempenho do programa no ano passado e no início deste ano.

Então, concordamos, aceitamos como plausível essa justificativa e readequamos as metas da COELBA para este ano e o ano que vem em razão desta dificuldade de ela ter sido solicitada no esforço de combate à seca.



Igualmente, fizemos para o Tocantins todos os esforços para resolver a questão da Bahia. Lá não existe nenhum impedimento. A COELBA não tem nenhum impedimento do ponto de vista de receber recursos. Então, não há nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Só uma pergunta objetiva, de bate-pronto. Então, enquanto a CELTINS não tiver sua regularidade fiscal, o programa não vai ser retomado. Vai continuar parado, não vai receber recurso. Não vai ter obra do Luz para Todos enquanto não houver a regularidade fiscal da CELTINS. Essa é a norma?

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Não. A regularidade fiscal de que nós estamos falando é ela pagar os recolhimentos de ordem federal ou estadual para poder acessar o recurso.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Até lá, então, estão suspensas as obras?

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Ela tem um contrato em andamento.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Não existem recursos. Não há nenhum centavo mais, zerou.

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Esse é um problema também. Ela acessou 90% do contrato, recebeu 90% do dinheiro desse contrato e parou porque, para avançar no contrato, precisa ter avanço físico e está na última parcela, que é o encerramento do contrato, o fechamento. Então, o que ela está querendo? Que a ELETROBRAS adiante estes 10% para concluir o que falta. Isso não é possível, porque há o encerramento do contrato. No encerramento do contrato é que se vai fazer a contabilidade geral. Na maioria dos casos, ninguém consegue executar 100% do financeiro com 100% do físico. Via de regra, inclusive em algumas situações, tem que devolver dinheiro. Então, é o fechamento final. Estes 10% é como se fosse a garantia ou a caução do contrato para fazer o fechamento do contrato.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Chegou àquele meu raciocínio. O que o povo tem a ver se o cara gerenciou mal a empresa dele? Esse é o meu ponto de vista. Eu não consigo entender, compreender e admitir. Inclusive, vou levantar essa tese com muita veemência aqui no Congresso. Não existe esse negócio. O



cara não fez a ferrovia porque desviou dinheiro. Aí a comunidade inteira, a sociedade fica sem ferrovia porque alguém agiu de má-fé. Jogue essa pessoa na cadeia, indisponibilize seus bens, processe, condene e toque a obra.

É o mesmo caso de lá. Por que o cara que está a 100 metros da rede não vai ter energia porque a CELTINS não cumpriu o seu dever como concessionário público? Aliás, vou chamar essa discussão lá para Tocantins.

**O SR. PAULO GONÇALVES CERQUEIRA** - Só para completar, Deputado, o que falta fazer hoje no Tocantins... O Ministério já se antecipou e solicitou os projetos, porque o impedimento fiscal da empresa só vai aparecer no dia da liberação dos recursos. A gente gasta em torno de 30 a 60 dias para fazer todo o projeto do que falta. Isso está em andamento, está em andamento todo esse projeto, porque a gente está contando que, com a intervenção, vá se resolver. Então, é para que as coisas coincidam. Estamos adiantando para que realmente, em 2014, a gente realize a totalidade das obras no Tocantins.

**O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN** - Essa notícia é muito boa. Já vou voltar satisfeito para casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Deputado Ângelo, V.Exa. levantou uma questão de que, na Bahia, a COELBA teria direcionado seus trabalhos para obras de combate à seca. Isso envolve recursos do programa ou não?

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Eu me referi a isso porque a COELBA teve que realocar equipes dela, mão de obra, para atender a essa solicitação do Governo do Estado, mas não envolveu recursos do Luz para Todos para o combate à seca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Mas mão de obra não seria motivo para atrasar o programa, porque essa mão de obra existe à vontade.

**O SR. AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS** - Mas foi a alegação principal, inclusive ratificada pelo Secretário de Infraestrutura da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - O Sr. Secretário deseja usar da palavra para considerações finais?

**O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER** - Agradeço a oportunidade de estar aqui e expor o programa, mostrar o resultado desse que é, do nosso ponto de vista, um importante programa de Governo para levar energia elétrica à sociedade brasileira.





Agradeço as contribuições que recebemos. Estaremos à disposição no Ministério para conversar e aceitar sugestões para o programa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Rocha) - Agradecemos ao Ministro Edison Lobão que, atendendo ao requerimento desta Comissão e deste Deputado, colocou à disposição da Comissão, para esta audiência pública, o Secretário de Energia Elétrica, Ildo Wilson Grüdtner, os demais diretores do Ministério e a nossa querida representante do Ministério na Assessoria Parlamentar.

Sr. Ildo, agradecemos a V.Sa. as explicações enriquecedoras e esclarecedoras desse programa.

Esperamos que ele não termine em 2014, que seja renovado. É o apelo que fazemos aqui ao Ministro Edison Lobão: que renove por mais algum tempo o programa e dê oportunidade de conclusão a todas as ligações que ainda faltam ser realizadas. Com certeza, não estarão todas ligadas até 2014.

Agradecemos, portanto, a participação de todos os membros do Ministério que aqui compareceram, bem como dos colegas Parlamentares e demais autoridades que tanto contribuíram para o êxito deste evento.

Foram muito importantes para esta Comissão esses esclarecimentos e dados trazidos pelo Ministério de Minas e Energia.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando os senhores membros para reunião deliberativa ordinária a ser realizada no dia 17 de julho de 2013, às 10 horas, neste mesmo plenário.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a reunião.